



Reunião Ordinária de 13 de  
Abril de 2007

MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- ACTA N.º 8/2007 -----

----- Aos treze dias do mês de Abril do ano de dois mil e sete, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Mário Américo Franco Alves, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dr. Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Dra. Elsa Maria Lopes Correia, Dra. Maria de Fátima Gonçalves Antunes, Dra. Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho e Dr. José Francisco Tavares Rolo.** -----

----- Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. João Manuel Nunes Mendes. -----

----- Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, considerar justificada a falta do Sr. Vereador Coronel Albano José Ribeiro de Almeida. -----

----- RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA -----

**DOC. 1**

----- Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 12 de Abril de 2007, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **1.061.187,60 € (Um milhão, sessenta e um mil, cento e oitenta e sete euros e sessenta cêntimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

----- 1 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- 1.1 – FRANCISCO FONSECA DA CRUZ – ACESSO À QUINTA DO FORNINHO -----

----- Esteve presente o Sr. Francisco Fonseca da Cruz, na qualidade de proprietário da Quinta do Forninho, unidade de turismo em espaço rural, sita na freguesia de Penalva de Alva, que iniciou a sua intervenção referindo-se à reunião da Câmara Municipal de 2 de Março do corrente ano, em que também esteve presente, pelo facto de na altura ter sido acusado e, no seu entender injustamente, de ter sido autor da alteração do caminho existente junto à sua unidade de turismo que, na altura, estaria classificado como “centenário”. Esclareceu que a sua presença de hoje se devia ao facto de querer prestar alguns esclarecimentos sobre o assunto, começando por referir o seguinte: “O caminho em causa não é centenário. Nunca aquele traçado teve sequer um “carreiro”. Foi aberto pela empresa C.A. – Construtora do Alva, S.A., que não tem seguramente 100 anos de existência. Foi adjudicado pela Câmara Municipal e definido pelos Bombeiros



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Voluntário de Oliveira do Hospital, na altura coordenados pelo Sr. Comandante Manuel dos Santos Serra que, infelizmente, não faleceu com 100 anos. Nessa mesma altura quem coordenava os trabalhos ao nível da autarquia era o Vereador Sr. António Correia Dias que também é vivo e não tem 100 anos.” -----

----- Quanto à alteração do traçado do caminho em apreço referiu que “se tratava de um caminho florestal que foi aberto à revelia dos seus proprietários. Tanto é, que a autarquia não tem qualquer declaração de nenhum dos respectivos proprietários e, não falo exclusivamente da “Quinta do Forninho”. E, se tem, gostaria de as ver. Eu adquiri a propriedade em Janeiro de 1997, e alterei o traçado em Novembro do mesmo ano. Sendo um caminho florestal, aberto à revelia dos proprietários e, para o qual existe legislação específica, o mínimo que deveria ter feito, era a Câmara Municipal falar com os proprietários no sentido de minimizar os danos causados, facto que não aconteceu. A alteração do referido caminho teve apenas e tão só um objectivo, minimizar os custos e os estragos provocados na propriedade. No entanto, em Março de 1998, o então Vereador do Pelouro das Obras e actual Presidente da Câmara Municipal, pediu-me autorização para colocar nessa mesma propriedade uma “bulldozer” para cortar uma lombra que tinha ficado no caminho. Pedido ao qual eu não cedi, inclusivamente para evitar o movimento de terras. Melhoraria essa que tinha como objectivo permitir a última edição do Rally Cidade de Oliveira do Hospital, cujo traçado por ali passava. Ora, estando lá a “bulldozer” para cortar a referida lombra, desconheço o que é que impediu o Sr. Vereador de então de repor o caminho para o sítio inicial. Posteriormente, no ano de 2002, depois de ter elaborado um processo de legalização de uma alteração àquela construção, procedi ao levantamento da respectiva licença de construção a levar a efeito exactamente na localização do traçado antigo e, nem na referida licença nem em qualquer outro documento referente a esse licenciamento, é feita qualquer referência ao caminho em causa, portanto, também não há qualquer impedimento à construção. Ou seja, tratando-se de um caminho florestal, havendo legislação específica que define em que circunstâncias é que esses caminhos se tornam públicos, parece-me que está tudo explicado. Por outro lado, não tendo o caminho 20 anos, como está provado, não existe posse. Assim, cabe-me, de acordo com o que aconteceu na última reunião de Câmara, enquanto proprietário, aguardar que no prazo de 20 dias úteis, o Executivo me comunique se considera ou não aquele caminho de utilidade pública. Decorrido esse prazo, o caminho passará a ter apenas e tão só, os fins para que foi aberto, caminho florestal de prevenção e combate de incêndios.” -----

----- Para concluir referiu-se ao facto do Sr. Presidente, sabendo que se tratava de um caminho que não era público, não ter atendido ao seu pedido de ligação à rede de iluminação pública de alguns pontos de luz que mandou colocar, salientando que aceita hoje a justificação que aqui foi dada, ou seja, de que não iluminava propriedades privadas. -----

----- Neste momento, o Sr. Presidente ausentou-se da sala de reuniões a fim de se dirigir ao Departamento de Serviços Técnicos – Obras Particulares, para proceder ao levantamento do referido Projecto de Licenciamento de Construção, da responsabilidade do Promotor Sr. Francisco Fonseca Cruz. -----

----- Tendo presente o processo em causa, o Sr. Presidente apresentou à Câmara Municipal a Planta de Localização anexa ao Projecto de Licenciamento da unidade turística, cujo acesso está referenciado pelo Promotor Sr. Francisco Fonseca da Cruz como caminho público. -----

----- Perante o teor destes documentos, o Sr. Presidente colocou o processo em apreço à disposição dos Srs. Vereadores e dos representantes dos órgãos de Comunicação Social, presentes nesta reunião, para consulta, afirmando que “se tudo aquilo que o Promotor aqui diz



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

hoje corresponde à verdade ou proferiu falsas declarações quando os apresentou aos serviços desta Câmara Municipal, para apreciação, ou então, está agora a proferir falsas declarações. Mais referiu que, a resposta a esta questão está no processo pelo que não tinha mais nada a dizer sobre o assunto.-----

----- Em conclusão, o Sr. Francisco Fonseca da Cruz considerou que a atitude do Sr. Presidente justificava o atraso dos 17 meses verificado na realização de vistoria à sua unidade turística com vista à obtenção do respectivo licenciamento, tendo-se ausentado de seguida da sala de reuniões.-----

----- Ainda sobre este assunto, o Sr. Vereador José Francisco Rolo tomando uso da palavra referiu que está perante um processo difícil de perceber porque enferma de uma série de contradições que, a seu tempo e com mais clareza de espírito, espera ver esclarecidas.-----

----- O Sr. Presidente afirmou que com base no que consta no processo de licenciamento daquela unidade turística, cuja responsabilidade é do Promotor, Sr. Francisco Fonseca da Cruz, há ilações a tirar face ao que aqui foi dito, podendo-se concluir que existe uma clara contradição entre o que consta no respectivo Projecto de Licenciamento apresentado nos serviços desta Câmara Municipal, e as declarações proferidas hoje sobre o assunto, considerando que a presença e postura do mesmo, nesta reunião, nomeadamente com mais um ultimato não representam mais do que um “desafio” à autarquia.-----

----- Relativamente à iluminação pública, o Sr. Presidente referiu que, o que foi dito pelo Sr. Francisco Fonseca da Cruz, não correspondia à verdade, esclarecendo que, o que aconteceu foi que o referido promotor colocou no local em causa um conjunto de pontos de iluminação que considerou relevante para manter o seu edifício devidamente iluminado pretendendo que os mesmos fossem ligados à rede pública, situação que é naturalmente inaceitável, tendo em consideração que a autarquia já tinha mandado instalar braços de iluminação pública no caminho de acesso ao empreendimento, usando os mesmos critérios que presidem a este tipo de intervenções em todos os locais do concelho.-----

----- O Sr. Vereador José Francisco Rolo solicitou ao Sr. Presidente esclarecimentos relativamente às razões que deram origem ao atraso de 17 meses na realização de vistoria por parte da Câmara Municipal à unidade turística em apreço, ao que aquele responsável informou que respondeu sempre às questões que lhe foram apresentadas sobre esta matéria, sugerindo ao Sr. Vereador a consulta do respectivo processo de licenciamento de forma a perceber claramente a tramitação administrativa envolvente ao mesmo.-----

----- O Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou ainda o Sr. Presidente sobre porque razão é que o projecto em apreço foi viabilizado pela Câmara Municipal quando o mesmo estava a ocupar parte de um caminho, ao que o Sr. Presidente informou que a Câmara Municipal, com o consentimento das respectivas Juntas de Freguesia, tem autorizado ligeiras alterações a traçados de caminhos públicos quando isso não interfira com o interesse público, esclarecendo que no caso em apreço o promotor promoveu a alteração ao referido caminho sem consultar qualquer entidade. Em conclusão referiu que “se o Sr. Francisco Fonseca Cruz, promotor do projecto, fizer o que quer que seja relativamente ao caminho em causa, a Câmara Municipal accionará todos os procedimentos legais relativamente ao processo de licenciamento da obra, face à contradição que naturalmente estará subjacente entre o que consta no processo e os argumentos agora induzidos em relação à classificação do caminho”.-----

----- O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “em fase de aprovação do projecto correu tudo dentro da normalidade, todo o processo estava bem, o projecto até foi declarado de interesse



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

para o turismo, agora não percebo porque é que as coisas se alteraram e o processo está a ser todo posto em causa. Isso é que precisa de ser esclarecido.”

----- **1.2 – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DA BEIRA - PROF. JOÃO DINIS -** -----

----- Esteve ainda presente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Prof. João Dinis, que iniciou a sua intervenção manifestando o seu descontentamento pelo facto de a Câmara Municipal ter aprovado recentemente o projecto e a abertura de concurso público para beneficiação da estrada Oliveira do Hospital/ Felgueira Velha, alegando que a Câmara Municipal poderia e deveria ter tido a iniciativa de ouvir os autarcas servidos por aquela via e bem assim a população de Vila Franca da Beira, que por várias vezes remeteu por escrito ao Sr. Presidente da Câmara sugestões/ opiniões relativamente às situações a acautelar naquele troço para evitar os acidentes. Reconheceu que a obra deve ser executada o mais brevemente possível, referindo que, se é para fazer deve sê-lo o melhor possível, acautelando diversas situações para evitar acidentes, por vezes com vítimas mortais, como já testemunhou. Fez ainda referência à necessidade de construção de uma rotunda na freguesia de Vila Franca da Beira e não em Ervedal da Beira como previsto, salientando a necessidade de acautelar a confluência da estrada velha com a estrada que irá ser alvo de intervenção dada a sua perigosidade, bem como a colocação de duas plataformas elevadas no troço que atravessa a sua freguesia. -----

----- Relativamente a esta questão, foi presente pelo Sr. Presidente um documento remetido pelo Governo Civil do Distrito de Coimbra, dando conta dos elementos referentes aos acidentes verificados nos últimos anos naquela via, acrescentando que perante tais elementos é evidente que a causa da maioria dos acidentes é o excesso de velocidade e bem assim o desrespeito da sinalização e regras de prioridade, sendo que na maioria dos casos foram intervenientes automobilistas residentes no concelho, e nomeadamente nas freguesias de Ervedal da Beira, Vila Franca da Beira e Seixo da Beira, necessariamente com perfeito conhecimento do traçado da via.

----- Ainda sobre o assunto em análise, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia referiu o seguinte “ sei que existe a ideia de tapar as valetas existentes dentro da freguesia de Vila Franca da Beira para permitir a passagem de peões evitando a sua passagem na faixa de rodagem da via. Tanto quanto sei essa recomendação foi feita pela comissão especializada que em 2004 esteve no local, Contudo e, antes disso a primeira pessoa que em Vila Franca da Beira fez referência a essa necessidade foi o Sr. Raimundo Milhariça que, em 2001 foi o “cabeça de lista” do PSD à freguesia de Vila Franca da Beira. Entendo, e sempre entendi que ele tinha razão, pelo que espero que essa melhoria venha a ser introduzida nesta intervenção.” Disse ainda que se trata de uma matéria que na sua opinião também diz respeito ao Sr. Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, a quem aquela Junta de Freguesia remeteu um abaixo-assinado e, ao qual aquele responsável respondeu afirmando “que tinha tido conhecimento por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital da necessidade de intervenção naquela via, pelo que o mesmo foi despachado a quem de direito a fim de ser elaborado um estudo no sentido de serem apresentadas soluções para o problema, aguardando a apresentação dos mesmos para que possa tomar uma decisão”. Desta forma entende que o Governo assume assim um compromisso de compartilhar a requalificação deste troço, solicitando de seguida autorização ao Sr. Presidente para ouvir a opinião dos Srs. Vereadores da oposição sobre o assunto, ou seja, se acham ou não que perante esta situação, o Governo deve ou



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

não compartilhar e intervir nesta matéria ou se se trata apenas de uma competência da Câmara Municipal. -----

----- Relativamente ao projecto de requalificação da estrada Oliveira do Hospital/Felgueira Velha, e nomeadamente do troço que atravessa a freguesia de Vila Franca da Beira, o Sr. Presidente referiu que o mesmo foi elaborado por técnicos, na sequência de todas as diligências efectuadas tendentes a minimizar os problemas apresentados pela via, salientando que se trata de um projecto que não traz nada de novo e que, inclusivamente, inclui diversos aspectos sobre os quais já havia dialogado com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia pelo que, quer a Câmara Municipal, quer o Executivo em Permanência, não esconderam o que quer que seja sobre o conteúdo do mesmo. Relativamente às declarações do actual Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações referiu que não se iria pronunciar sobre as mesmas uma vez que entende que deve ser o próprio a responder pelas afirmações que profere, salientado que por vezes “a falta de comedimento dos políticos leva a que digam aquilo que não devem” e bem assim que “é preciso que os políticos se habituem a resistir àquilo que são os desejos e anseios da comunicação social”. Ao proferir estas afirmações, esclareceu que espera que os elementos da comunicação social percebam porque é que o Presidente da Câmara Municipal não fala quando eles querem, ou como eles querem. Entende que não se devem andar a criar expectativas exageradas ou falsas expectativas nos eleitores. -----

----- Relativamente à requalificação da estrada Oliveira do Hospital/Felgueira Velha, o Sr. Vereador José Francisco Rolo tomando uso da palavra, reconheceu que, aquando da aprovação do respectivo Projecto de intervenção pelo Executivo, seria democraticamente recomendável que se tivesse apresentado o mesmo aos senhores Presidentes de Junta de Ervedal da Beira, Vila Franca da Beira e Seixo da Beira, assumindo que ele próprio, aquando da votação para aprovação do referido documento, não pensou sequer nessa hipótese. Reconheceu que, na altura, o Sr. Presidente da Câmara poderia ter convocado os respectivos Presidentes de Junta para se manifestarem sobre o mesmo. Independentemente das causas dos acidentes ocorridos mais referiu que, face aos números evidenciados se trata de uma via com alguma perigosidade e sinistralidade. Relembrou que já no anterior executivo, várias vezes interveio dando a indicação de que a requalificação daquela estrada era imperiosa, no sentido de garantir condições de segurança, tendo, inclusivamente, recomendado que se negociasse um contrato-programa com o Governo na altura em funções. Mais referiu que, embora a responsabilidade objectiva da requalificação daquela estrada seja do Município, como o Sr. Presidente da Junta de Freguesia sabe, visto que até lhe foi entregue pelo SEOP uma cópia do protocolo, não impede que se façam todas as diligências para se negociar um contrato-programa com o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações para a requalificação da mesma. -----

----- Quanto às apreciações que se vão fazendo relativamente ao desempenho do Sr. Secretário de Estado referiu, não ter a menor dúvida de que ele está empenhado em resolver os problemas que, particularmente, se colocam em termos de acessibilidades ao concelho de Oliveira do Hospital. -----

----- Ainda sobre este assunto, a Sra. Vereadora Maria José Freixinho tomando uso da palavra referiu entender ser uma obra pertinente e desejada pela população e, nomeadamente pelos autarcas responsáveis que representam as respectivas Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia. Reconhece que poder-se-ia ter actuado de outra forma quando se promoveu a aprovação do Projecto em causa, admitindo que, na altura, a possibilidade dos mesmos serem consultados também não lhe ocorreu. Contudo e, do que conhece e do que foi apreciado





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

relativamente ao conteúdo do projecto em causa, os apelos e as sugestões aqui apresentados pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, foram contemplados no mesmo, o que demonstra que a Câmara Municipal esteve atenta às suas preocupações.-----

----- Relativamente à posição do Sr. Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, referiu não duvidar da bondade que o mesmo tem em relação à concretização dos inúmeros projectos que possam vir a contribuir para uma melhoria das condições de vida e das acessibilidades dos cidadãos portugueses e, nomeadamente os de Oliveira do Hospital. Quanto à possibilidade de co-financiamento da obra, esclareceu estar convicta de que, se o concelho de Oliveira do Hospital conseguir alcançar algum investimento em obras consideradas relevantes e da responsabilidade do Município, muito lhe agradecerá que o Governo apoie a autarquia na execução das mesmas contrariando assim a presente tendência para, no âmbito das reformas em curso, o Município perder serviços e algum bem-estar a que os oliveirenses se habituaram. Assim, entende que a Câmara Municipal deve manter-se firme e continuar a reclamar sobre o Governo no sentido de comparticipar a execução da referida obra.-----

----- Atento às declarações prestadas pelos Srs. Vereadores, o Sr. Presidente referiu lamentar que na realidade o que acontece é que o Governo quer acabar com alguns serviços, nomeadamente nas áreas da saúde, agricultura e justiça. Considera que aquilo que está a acontecer é o contrário do discurso apelativo dos Srs. Vereadores e, espera que estes, dentro do que são as suas possibilidades políticas e de influência junto do Governo, os convençam de que é necessário manter esta reacção positiva para com o interior, porque o que está a acontecer é o inverso daquilo que por eles foi dito. Considera importante que se façam chegar estes “ecos” ao Governo para que se possam repensar políticas e inverter procedimentos. -----

----- Na sequência das palavras do Sr. Presidente, a Sra. Vereadora Maria José Freixinho referiu o seguinte: “aquilo que aqui afirmei, fi-lo com toda a minha convicção, pelo que conforme o afirmei aqui também o afirmarei lá fora se necessário, independentemente do auditório que tenha. Quando afirma que “podemos fazer eco disso...”, faço-o em todas as oportunidades que tenho, porque sou cidadã Portuguesa e eleita pelos oliveirenses e, portanto é esse o mandato que exerço até ao dia que deixar de o ter. Enquanto cidadã deste Município continuarei a zelar por aquilo que entendo ser justo para todos nós.” -----

----- O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “cada um de nós deve fazer o que está ao nosso alcance, pela minha parte nunca me inibi de defender os interesses do meu concelho em vários níveis. Contudo, o primeiro responsável pela defesa dos interesses do concelho deve ser o Sr. Presidente da Câmara. A si cabem as principais responsabilidades.” -----

----- **Comemorações do 25 de Abril/2007** – Como representante da CDU, com assento na Assembleia Municipal, e, após ter sido indicado para apresentar algumas sugestões relacionadas com as comemorações do próximo dia 25 de Abril, o Sr. Prof. João Dinis manifestou o seu descontentamento pelo facto da Câmara Municipal não ter atendido a sua sugestão no sentido de ser convidado para esse dia o Sr. Coronel Santos Silva, por se tratar de um homem do concelho de Oliveira do Hospital e por ter sido o segundo a fazer parte da coluna de Santarém na Revolução do 25 de Abril de 1974, tendo até sido já condecorado pelo Município de Oliveira do Hospital no ano de 2005. -----

----- Sobre o assunto, o Sr. Presidente esclareceu que a não integração do Sr. Coronel Rui Santos Silva nestas comemorações se deveu, apenas e tão só, ao facto de a Câmara Municipal pretender realizar uma tertúlia que reúna algumas personalidades concelhias a fim de debaterem quais as alterações mais relevantes ocorridas no concelho desde essa data, nomeadamente em



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

termos de mentalidade, sob o ponto de vista político, económico e social. Não pôs de parte a possibilidade de no próximo ano se organizar um debate em que esteja presente o Sr. Coronel Santos Silva e outros militares que tenham vivido mais de perto a Revolução de Abril e que possam transmitir outros conhecimentos e experiências acerca da mesma.-----

----- **1.3 – REPRESENTANTE DOS PAIS DOS ALUNOS DA ESCOLA DO 1º CEB DE VILA FRANCA DA BEIRA**-----

-----Também esteve presente, a representante dos pais dos alunos da Escola do 1º CEB de Vila Franca da Beira que começou por relembrar a necessidade de se proceder à requalificação do Jardim e do Parque Infantil anexos àquela escola, chamando à atenção para o facto de os passeios envolventes ao estabelecimento não estarem nas melhores condições, existindo a possibilidade de as crianças se poderem vir a magoar.-----

----- O Sr. Presidente salientou que a requalificação do jardim da escola não é determinante para o seu funcionamento pelo que a Câmara Municipal só intervirá quando assim o entender, ou seja esse não era considerado um investimento prioritário para a autarquia. Quanto ao Parque Infantil referiu, que pelo conhecimento que tem, o mesmo está dentro das regras que determinam o funcionamento de espaços dessa natureza, entenda-se de lazer e diversão para crianças, relembrando que os equipamentos lá existentes foram colocados recentemente e que estão de acordo com as disposições legais.-----

----- O Sr. Vereador José Francisco Rolo aconselhou a consulta do site da APSI, no sentido de ser verificada a condição e a conformidade dos equipamentos e do parque com os novos Regulamentos dos Parques Infantis. -----

-----**2 – ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- **2.1 – INTERVENÇÃO DA SRA. VEREADORA MARIA JOSÉ FREIXINHO**

----- **2.1.1 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SR. ANTÓNIO MENDONÇA**-----

----- A Sra. Vereadora Maria José Freixinho iniciou a sua intervenção propondo à Câmara Municipal a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. António Mendonça, pela importância que teve para o concelho de Oliveira do Hospital como empresário, empregador e industrial e bem assim como cidadão activo que exerceu funções na Assembleia Municipal.-----

----- O Sr. Vereador José Francisco Rolo subscreveu o voto proposto, com base nos motivos apresentados pela Srª Vereadora Maria José Freixinho com os quais concorda.-----

----- **A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

----- **2.1.2 – CRIAÇÃO DE PONTOS DE RECOLHA DE PASSAGEIROS – PONTO DE SITUAÇÃO**-----

----- Relativamente ao assunto em epígrafe, a Sra. Vereadora Maria José Freixinho questionou o Sr. Presidente sobre qual o ponto de situação relativamente à eventual criação de alguns pontos de recolha de passageiros na cidade de Oliveira do Hospital.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- O Sr. Presidente referiu que tem estado em contacto com o responsável pela empresa transportadora em causa no sentido de, conjuntamente, resolverem esta situação o mais brevemente possível. -----

----- **2.1.3 – SINALIZAÇÃO HORIZONTAL** -----

----- Na sequência da recente manutenção da sinalização horizontal na cidade, a Sra. Vereadora Maria José Freixinho relembrou a necessidade de se proceder à remarcação de algumas passadeiras existentes na cidade e que não foram objecto dessa requalificação e bem assim à criação de outras necessárias à passagem de peões. -----

----- O Sr. Presidente referiu esta era uma intervenção que já estava programada desde há alguns meses, mas que, no entanto, a empresa adjudicatária apenas agora pode levar a efeito. Mais informou que necessariamente irão existir outras acções/empreitadas para manutenção da sinalização horizontal, não só na cidade, mas em todas as localidades onde tal se justifique. -----

----- **2.1.4 – PARQUES INFANTIS DO CONCELHO** -----

----- Relativamente ao assunto em epígrafe, a Sra. Vereadora Maria José Freixinho manifestou a sua decepção face a uma notícia divulgada recentemente, de que a Câmara Municipal estaria a tomar medidas, apenas e tão só, porque havia sido alvo de uma inspecção que detectou falhas nos equipamentos existentes em diversos parques infantis do concelho, ao que o Sr. Presidente da Câmara respondeu negativamente, esclarecendo que nenhuma das entidades que foram objecto de atribuição de subsídio é alvo de fiscalização por parte do Instituto do Desporto, porque essa competência é da própria Câmara Municipal, salientando ainda que apenas os espaços da responsabilidade da autarquia são fiscalizados por tal entidade. Mais referiu que os Parques Infantis quando são criados obedecem às regras vigentes, sendo que com o tempo vão ficando desactualizadas, em virtude de ser publicada legislação mais restritiva em matéria de segurança, motivo pelo qual a autarquia tem vindo a efectuar um esforço ao nível do apoio para a requalificação desses espaços e adequação às disposições legais actuais. -----

----- **2.2 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO** -----

----- **2.2.1 – PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2004/2007** -----

----- Relativamente ao assunto em epígrafe, o Sr. Vereador José Francisco questionou o Sr. Presidente do seguinte: -----

----- “Tenho reparado, pelo período de aplicação do Plano de Desenvolvimento Social de 2004 a 2007, que ele está a expirar. Tenho reparado em simultâneo que outros municípios, nomeadamente o de Cantanhede, operaram a revisão do seu Plano de Desenvolvimento Social adequando-o às novas políticas nacionais para o sector e definindo novas prioridades. Questiono o Sr. Presidente da Câmara para quando é que se prevê a revisão desse Plano e se, se justifica.” --

----- Sobre o assunto, o Sr. Presidente reconheceu que haverá uma fase em que será necessário proceder à revisão do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Oliveira do Hospital, contudo relembrou que não será a altura ideal para iniciar esse processo, na medida em que estão





# MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

## CÂMARA MUNICIPAL

a ser desenvolvidas negociações entre o Governo e a ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses no sentido de serem transferidas competências para os Municípios, nomeadamente na área social, entendendo que se deve aguardar até se conhecerem os contornos dessa transferência de competências. -----

### ----- **2.2.2 – CRIAÇÃO DE COMISSÕES SOCIAIS DE FREGUESIA** -----

----- Relativamente ao assunto em epígrafe, o Sr. Vereador José Francisco Rolo propôs à Câmara Municipal o seguinte: -----

----- “Em face de um conjunto de situações de pobreza e de exclusão social que têm vindo a público, entendo que se justifica propor à Câmara Municipal a criação das Comissões Sociais de Freguesia preconizadas na Lei que regulamenta as Redes Sociais Concelhias. Particularmente, acho que seria razoável e bastante útil para acompanhar em proximidade todas estas situações que são recorrentes e que vão acontecendo um pouco por todo o concelho de Oliveira do Hospital, que estas Comissões Sociais de Freguesia fossem criadas nas freguesias mais problemáticas e que estão identificadas como prioritárias ao nível da intervenção social. Deixava esta proposta à consideração do Executivo e particularmente ao Pelouro da Acção Social.” -----

----- O Sr. Presidente referiu não ver qualquer problema na criação destas comissões, contudo lembrou que tem de haver vontade por parte dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia em avançar com a criação das mesmas. Mais referiu, recordando que uma grande parte dos Senhores Presidentes de Junta nem sequer se disponibilizou para fazer parte da Rede Social, que os mesmos estão habituados a ter alguém que trate destas questões mais problemáticas, nomeadamente a Câmara Municipal. Para concluir lembrou que nenhum destes casos fica sem resposta e que os serviços estão atentos e trabalham muito bem nesta área. -----

----- Relativamente aos Presidentes de Junta, o Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que, estes são muitas vezes os primeiros a ter conhecimento das situações e os primeiros a desencadear os procedimentos ou a informar os serviços do que se passa, pelo que, é injusta a crítica aos Srs. Presidentes de Junta. -----

----- O Sr. Presidente esclareceu que a sua “crítica” aos Presidentes de Junta é no sentido de que as Juntas de Freguesia devem ser mais actuaantes a esse nível, referindo que havia já sugerido que as mesmas, nos seus Planos de Actividades e Orçamentos, considerassem verbas disponível para atender a situações de emergência social. -----

### ----- **2.2.3 – CONTRATOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL** -----

----- Relativamente ao assunto em epígrafe, o Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte: -----

----- “Recentemente, tive acesso a um novo programa emanado do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, constituído no quadro da Estratégia definida no Plano Nacional de Acção para a Inclusão – Contratos Locais de Desenvolvimento Social. A proposta que aqui deixava era no sentido de que se avançasse para aferição da possibilidade da candidatura do Município de Oliveira do Hospital a este Programa.” -----

----- Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente pelo Sr. Presidente informação elaborada pela Técnica de Sociologia, e que a seguir se transcreve na íntegra: -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- “Foi publicada, em 2 de Abril último, a Portaria n.º 396/2007, que cria o Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS). Este Programa, criado a partir da avaliação efectuada à Medida I do PROGRIDE, com base nas fragilidades detectadas e na estratégia definida pelo Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006-2008, prevê o financiamento de projectos seleccionados centralmente, privilegiando territórios com públicos alvo identificados como mais vulneráveis. Os seus eixos de intervenção essenciais são o emprego, formação e qualificação, intervenção familiar e parental, capacitação da comunidade e das Instituições, informação e acessibilidade, com uma aposta na complementaridade entre acções obrigatórias e não obrigatórias, e financiamento público e privado, através da rentabilização dos recursos da comunidade e da co-responsabilização dos parceiros. -----

----- De acordo com a Portaria, o orçamento do Programa, bem como os territórios por ele abrangidos, será fixado por Despacho. No entanto, e no anexo do documento legal referido, é referido que os “territórios a abranger pelos CDLS inserem-se num perfil territorial com uma ou mais das seguintes características: -----

- a) Territórios críticos das áreas metropolitanas;-----
- b) Territórios industrializados com forte desqualificação;-----
- c) Territórios envelhecidos; -----
- d) Territórios fortemente atingidos por calamidades.” (Norma III). -----

----- Desta forma, e de acordo com o Mapa retirado do Estudo de “Tipificação das situações de exclusão em Portugal Continental”, conforme documento em anexo (**DOC. 2**). Diagnóstico à escala nacional que tem servido de base à definição territorial dos programas sociais nacionais, o concelho de Oliveira do Hospital não será abrangido pelo Programa, dado inserir-se no tipo de territórios qualificados como moderadamente inclusivos, ou seja, sem marcas relevantes de exclusão social. Aguardo, no entanto, melhor definição sobre a matéria.” -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento, tendo o Sr. Vereador José Francisco Rolo referido não ter tido ocasião para consultar na íntegra os mapas com a tipificação das várias zonas do país. -----

**----- 2.2.4 – CONCURSO “AS CIDADES SUSTENTÁVEIS – CIVITAS 2007” - ABERTO PELA COMISSÃO EUROPEIA -----**

----- Relativamente ao assunto em epígrafe, o Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte:-----

----- “Na área do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, tive acesso à informação de que a Comissão Europeia abriu candidaturas para o concurso designado “As Cidades Sustentáveis – O Civitas 2007”. É um programa que opera particularmente ao nível dos transportes mais limpos e de melhor qualidade, e que pode ser feito com base em consórcios locais que incluam outras cidades, duas “cidades líderes” ou duas “cidades aprendizes”. É um programa que está dotado de 300 milhões de euros, eu recomendava ao Executivo em permanência que se inteirasse deste programa e que aferisse da possibilidade de concretização de uma candidatura ao mesmo. Entendo que é uma oportunidade que deve ser trilhada, tanto mais que a cidade de Oliveira do Hospital foi recentemente requalificada do ponto de vista urbanístico pelo que considero importante que se aferisse das condições que se prendem com a mobilidade e definição de condições de uso do espaço urbano.” -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- O Sr. Presidente referiu que é uma matéria que poderá ser analisada, alertando no entanto que no caso de Oliveira do Hospital será porventura de difícil concretização. -----

----- **2.2.5 – ESTADO DO TRATAMENTO DE ESGOTOS DE UM PRÉDIO SITO NA RUA ALEXANDRE HERCULANO** -----

----- Relativamente ao assunto em epígrafe, o Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte:-----

----- “Fui confrontado, e creio que essa situação é do conhecimento do Sr. Presidente da Câmara, com o estado do tratamento de esgotos de um prédio na Rua Alexandre Herculano, aqui em Oliveira do Hospital. Parece que há um problema de vazamento dos esgotos do referido prédio para a rede pública. Segundo informações que obtive, tem causado impactos negativíssimos no mesmo. É referido que os esgotos estão a transbordar, causando cheiros e pondo em causa a saúde pública e principalmente a dos moradores do condomínio. Eu gostava de saber se tinha de facto conhecimento desta situação e que medidas estão a ser tomadas sobre a mesma.”-----

----- O Sr. Presidente referiu que são situações que acontecem com alguma frequência e que são de imediato encaminhadas aos responsáveis dos serviços externos para averiguação e resolução dos problemas detectados. -----

-----**3 – ORDEM DO DIA**-----

----- **3.1 – ASSOCIAÇÃO CLUBE MINI DA SERRA DA ESTRELA – PEDIDO DE LICENCIAMENTO DO “1º ENCONTRO MINI OLIVEIRA DO HOSPITAL”** -----

D.A.G.F/Proc. 69/4

-----Requer a emissão de Licença para a realização do “1º Encontro Mini de Oliveira do Hospital”, a ter lugar no próximo dia 15 de Abril do ano em curso, na Zona Industrial de Oliveira do Hospital. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, deferir o pedido, nos termos do artigo 54º do Regulamento sobre o Licenciamento do Exercício da Actividade de Realização de Espectáculos de Natureza Desportiva e de Divertimentos Públicos.-----

----- Foi igualmente deliberado, isentar a Associação Clube Mini da Serra da Estrela do pagamento das taxas inerentes ao referido licenciamento nos termos do nº 2 do artigo 6º do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas e Tarifas.-----

----- **3.2 – RECLAMAÇÕES POR CONSUMOS ELEVADOS DE ÁGUA**-----

----- **3.2.1 – MARIA EDUARDA TAVARES PORTUGAL**-----

D.A.G.F./Proc.30/2

----- O Sr. Presidente deu conhecimento ao Executivo de uma reclamação por elevado consumo de água relativo aos meses de Julho, Agosto, Setembro e Outubro de 2005, apresentada pela Sra. D. Maria Eduarda Tavares Portugal, consumidor nº 27809:1301/13400.-----

----- Face a esta reclamação, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e de acordo com a informação do respectivo Chefe de Secção, anular os



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

respectivos conhecimentos de dívida debitados ao tesoureiro, referentes aos consumos de água do meses de Julho, Agosto, Setembro e Outubro de 2005, e proceder à cobrança eventual das restantes taxas e tarifas devidas, considerando o consumo efectivo registado, calculado com base no preço em vigor para o escalão mais baixo. -----

----- **3.2.2 – MARIA ROSÁRIO PAULINO** -----

**D.A.G.F./Proc.30/2**

----- O Sr. Presidente deu conhecimento ao Executivo de uma reclamação por elevado consumo de água relativo ao mês de Agosto de 2006, apresentada pela Sra. D. Maria do Rosário Paulino, consumidor nº 28037:1401/3400. -----

----- Face a esta reclamação, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e de acordo com a informação do respectivo Chefe de Secção, anular o conhecimento nº 7213, no valor de 80,99 € (Oitenta euros e noventa e nove centimos), referente ao consumo de água do mês de Agosto de 2006, e proceder à cobrança eventual das restantes taxas e tarifas devidas, considerando o consumo efectivo registado, calculado com base no preço em vigor para o escalão mais baixo. -----

----- **3.2.3 – MARIA EUGÉNIA ESTEVINHA ROSA GARCIA** -----

**D.A.G.F./Proc.30/2**

----- O Sr. Presidente deu conhecimento ao Executivo de uma reclamação por elevado consumo de água relativo ao mês de Dezembro de 2006, apresentada pela Sra. D. Maria Eugénia Estevinha Rosa Garcia, consumidor nº 24474:501/44350. -----

----- Face a esta reclamação, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e de acordo com a informação do respectivo Chefe de Secção, anular o conhecimento nº 2332, no valor de 2.602,65 € (Dois mil, seiscentos e dois euros e sessenta e cinco centimos), referente ao consumo de água do mês de Dezembro de 2006, e proceder à cobrança eventual das restantes taxas e tarifas devidas, considerando o consumo efectivo registado, calculado com base no preço em vigor para o escalão mais baixo. -----

----- **3.2.4 – NAUTÍLIO COSTA MOTA** -----

**D.A.G.F./Proc.30/2**

----- O Sr. Presidente deu conhecimento ao Executivo de uma reclamação por elevado consumo de água relativo aos meses de Julho, Agosto e Setembro de 2006, apresentada pelo Sr. Nautílio Costa Mota, consumidor nº 27486:1201/7550. -----

----- Face a esta reclamação a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e de acordo com a informação do respectivo Chefe de Secção, proceder à restituição ao consumidor da importância de 302,90 € (Trezentos e dois euros e noventa centimos), importância esta que corresponderia ao pagamento do consumo efectivo se este fosse calculado tendo por base o escalão mais baixo. -----

----- **3.2.5 – ANTÓNIO PEDRO** -----

**D.A.G.F./Proc.30/2**

----- O Sr. Presidente deu conhecimento ao Executivo de uma reclamação por elevado consumo de água relativo ao mês de Janeiro de 2007, apresentada pelo Sr. António Pedro, consumidor nº 24652:601/4700. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- Face a esta reclamação, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e de acordo com a informação do respectivo Chefe de Secção, anular o respectivo conhecimento de dívida que será debitado ao tesoureiro, referente ao consumo de água do mês de Janeiro de 2007, no montante de 292,15 € (Duzentos e noventa e dois euros e quinze cêntimos) e proceder à cobrança eventual das restantes taxas e tarifas devidas, considerando o consumo efectivo registado, calculado com base no preço em vigor para o escalão mais baixo. -----

----- **3.3 – RECLAMAÇÃO POR ERRO NO REGISTO DE LEITURAS DE ÁGUA** -----

----- **3.3.1 – ANTÓNIO MARIA MENDES** -----

D.A.G.F./Proc.30/2

----- O Sr. Presidente deu conhecimento ao Executivo de uma reclamação por erro de leitura de água relativo ao mês de Dezembro de 2006, apresentada pelo Sr. António Maria Mendes, consumidor nº 26636:1001/12800. -----

----- Face a esta reclamação, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e de acordo com a informação do respectivo Chefe de Secção, anular o conhecimento de dívida debitado ao tesoureiro e, consequentemente, extinguir o processo de execução fiscal, nos termos do artigo 176º, nº1, alínea b) do Código de Procedimento e de Processo Tributário. -----

----- Foi igualmente deliberado promover a cobrança por receita eventual do consumo efectivamente realizado durante o mês de Dezembro de 2006 que, corresponde à importância de 6,76 € (Seis euros e setenta e seis cêntimos). -----

----- **3.3.2 – CARLOS ALBERTO AMARAL RODRIGUES** -----

D.A.G.F./Proc.30/2

----- O Sr. Presidente deu conhecimento ao Executivo de uma reclamação por erros de leitura de água relativos aos meses de Novembro e Dezembro de 2006 e Janeiro de 2007, apresentada pelo Sr. Carlos Alberto Amaral Rodrigues, consumidor nº 26636:1001/12800. -----

----- Face a esta reclamação, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e de acordo com a informação do respectivo Chefe de Secção, anular os respectivos conhecimentos de dívida debitados ao tesoureiro e, consequentemente, extinguir o processo de execução fiscal, nos termos do artigo 176º, nº1, alínea b) do Código de Procedimento e de Processo Tributário. -----

----- Foi igualmente deliberado promover a cobrança por receita eventual do consumo efectivamente realizado durante aqueles meses, pelas importâncias de 6,76 € (Seis euros e setenta e seis cêntimos), 6,25 € (Seis euros e vinte e cinco cêntimos) e de 6,44 € (Seis euros e quarenta e quatro cêntimos). -----

----- **3.3.3 – JOSÉ FRANCISCO BRITO** -----

D.A.G.F./Proc.30/2

----- O Sr. Presidente deu conhecimento ao Executivo de uma reclamação por erro de leitura de água relativo ao mês de Janeiro de 2007, apresentada pelo Sr. José Francisco Brito, consumidor nº 30320:101/44131. -----





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- Face a esta reclamação, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e de acordo com a informação do respectivo Chefe de Secção, anular o conhecimento de dívida a debitar ao tesoureiro e, conseqüentemente, extinguir o processo de execução fiscal, nos termos do artigo 176º, nº1, alínea b) do Código de Procedimento e de Processo Tributário. -----

----- Foi igualmente deliberado promover a cobrança por receita eventual do consumo efectivamente realizado durante o mês de Janeiro de 2007 que, corresponde à importância de 10,04 € (Dez euros e quatro centimos).-----

----- **3.4 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS** -----

----- **A) – AUTARQUIAS** -----

----- **A – 1) – JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ANUAL**-----

**D.A.G.F/Proc.53/4/DOC. 3**

----- O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal a atribuição de um subsidio a todas as Juntas de Freguesia do concelho, conforme mapa em anexo, e que fica a fazer parte integrante desta acta, no total de **126.000,00 € (Cento e vinte e seis mil euros)**, para fazer face a despesas de limpeza de arruamentos e valetas, bem como para proceder a pequenas reparações nos Jardins de Infância e Escolas do 1º Ciclo. -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º do Decreto-Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

----- **A – 2)- JUNTA DE FREGUESIA DE ERVEDAL DA BEIRA** -----

**D.A.G./Proc. 30/2**

----- O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, um subsídio no montante de **4.500,00 € (Quatro mil e quinhentos euros)** como apoio à beneficiação das valetas da Rua do Valado na sede daquela freguesia. -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

----- **A – 3)- JUNTA DE FREGUESIA DE SEIXO DA BEIRA**-----

**D.A.G./Proc. 30/2**

----- O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Junta de Freguesia de Seixo da Beira, um subsídio no montante de **25.000,00 € (Vinte e cinco mil euros)** a título de comparticipação na pavimentação de diversos arruamentos, na sede e nas anexas (Sobreda, Aldeia Formosa) daquela freguesia, mediante Protocolo a celebrar com o Município. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

----- B) – INSTITUIÇÕES -----

----- B – 1) – AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TÁBUA E OLIVEIRA DO HOSPITAL -----

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que atribua à Agência para o Desenvolvimento Integrado de Tábuia e Oliveira do Hospital, um subsídio no montante de **5.540,00 € (Cinco mil, quinhentos e quarenta euros)** sendo que **5.000,00 € (Cinco mil euros)** se destinam à criação do Fundo Privativo da entidade e **540,00 € (Quinhentos e quarenta euros)** para comparticipar o prémio do Município no Sorteio da Páscoa. -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----Foi igualmente deliberado fixar em **1.620,00 € (Milseiscentos e vinte euros)** a quota mensal a pagar por esta autarquia à Agência, devendo a mesma ser paga antecipadamente no total até ao final do ano.-----

-----Na qualidade de Presidente de Direcção da entidade em causa, o Sr. Vereador Paulo Rocha ausentou-se da sala de reuniões na altura da apresentação, discussão e votação do presente assunto.-----

----- C) – ACCÃO SOCIAL -----

----- C-1) – MARIA HELENA PEREIRA DINIS FERNANDES -----

D.A.G.F./Proc.53/4

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir à Sra. Maria Helena Pereira Dinis Fernandes, residente em Seixas, freguesia de Seixo da Beira, um subsídio no montante de **1.331,00 € (Mil, trezentos e trinta e um euros)** como apoio à execução de um projecto de reconstrução de uma habitação. -----

----- Face ao exposto, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do disposto nos nºs 1 e 3 do Regulamento para Atribuição de Subsídios e Isenção de Taxas a Famílias Carenciadas do Concelho de Oliveira do Hospital, aprovar a presente proposta.-----

----- 3.5 – OBRAS PARTICULARES -----

----- 3.5.1– LISTAGEM DOS PROJECTOS DEFERIDOS/ INDEFERIDOS -----

D.S.T./DOC. 4

----- Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, o Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

----- **3.6 - ASSUNTOS / EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO**-----

----- **3.6.1 - MAPA DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTES – CONHECIMENTO** -----

**D.A.G.F./DOC. 5**

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 65.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, o Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 30 de Março e 11 de Abril de 2007, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

----- **3.6.2– MATADOURO REGIONAL DA BEIRA-SERRA, S.A. – ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA** -----

**D.A.G.F./Proc. 25/1**

----- O Sr. Presidente informou a Câmara Municipal da sua presença na Assembleia-Geral Ordinária do Matadouro Regional da Beira Serra que teve lugar no passado dia 31 de Março de 2007, na sede da empresa, em Chamusca da Beira, com a seguinte Ordem de Trabalhos, tendo prestado alguns esclarecimentos relativamente aos assuntos tratados e abordados na mesma: -----

----- 1 – Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006;-----

----- 2 – Deliberar sobre a proposta de Aplicação de Resultados;-----

----- 3 – Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade; -----

----- 4 – Proceder à fixação das remunerações para os membros do Conselho de Administração durante o ano de 2007;-----

----- 5 – Discutir quaisquer outros assuntos apresentados pelos accionistas e que tenham interesse para a sociedade.-----

----- **A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

----- **3.7 – APROVAÇÃO E VOTAÇÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO E DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2006** -----

**G.D.E.S./DOC. 6**

----- Tendo sido antecipadamente entregue a todos os membros do Executivo a documentação acima referenciada, bem como o Relatório de Gestão, o Sr. Presidente iniciou a sua intervenção fazendo uma apresentação sucinta dos documentos de prestação de contas em análise, com base no referido Relatório, que por ser extenso de dá por inteiramente reproduzido, ficando a fazer parte integrante desta acta. -----

----- Com conhecimento prévio da documentação enviada a todos os membros do Executivo e após os esclarecimentos prestados, o Sr. Presidente solicitou aos Senhores Vereadores, que se pronunciassem sobre o assunto em análise.-----

----- Assim, relativamente à proposta apresentada e na sequência da respectiva análise dos pedidos de esclarecimento antes apresentados por parte dos Senhores Vereadores eleitos pelo



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Partido Socialista, foi pelos mesmos apresentada a sua posição sobre o assunto e que a seguir se transcreve na íntegra:-----

**DECLARAÇÃO DE VOTO CONJUNTA DOS VEREADORES ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA**

----- “Na qualidade de Vereadores da Câmara Municipal, eis-nos chegados ao momento de efectuar o balanço anual da actividade desenvolvida pela Autarquia a partir da avaliação dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2006 e respectivo Relatório de Gestão. -----

----- Balanço este que, em parte, já vem sendo realizado desde o início do actual mandato (2005-2009) através de várias apreciações, críticas mas, também, propostas e recomendações construtivas que temos dirigido com sentido de responsabilidade à actuação dos vários pelouros da Câmara Municipal e, em particular, ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Como nota prévia, diremos que não pretendemos colocar em causa os números expressos nos vários documentos que nos foram entregues, uma vez que partimos do princípio que esses números são verdadeiros e espelham fielmente o estado das Finanças e da Execução Orçamental do Município no final do ano de 2006. -----

----- Importa, pois, fazer a leitura política deste números, o que eles revelam e as opções políticas que estiveram na sua base, tanto mais porque estes espelham exclusivamente as opções políticas tomadas pela maioria PSD que gere a Autarquia.-----

----- A bem da clareza, relembramos que em relação ao Orçamento e Grandes Opções do Plano (GOP) para o ano de 2006, que estiveram na base da actuação da Câmara Municipal durante o ano transacto, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista votaram pela sua não aprovação, com base em quatro razões fundamentais: -----

----- 1ª. As propostas não apresentavam nada de novo em relação aos anos anteriores. Tratava-se, fundamentalmente, do arrastar repetitivo das mesmas propostas de Planos anteriores por cumprir. -----

----- 2º. Alertámos que a tão apregoada saúde financeira do Município poderia sustentar um Plano de maior alcance, com outra visão estratégica e outra hierarquia de prioridades. -----

----- 3ª. Não aceitámos as prioridades definidas pela maioria PSD e a visão que trazem subjacente para o Concelho defendendo, em alternativa, outro modelo de desenvolvimento e de intervenção da Câmara nas 21 Freguesias e no todo concelhio, tal como, com transparência, apresentámos aos oliveirenses em Programa Eleitoral. -----

----- 4ª. Porque conhecemos a inconsequência, em termos de desenvolvimento económico, do modelo de investimentos propostos, pela sua repetição e pelo incumprimento já esperado, em vários domínios de actuação. -----

----- Como prognosticámos na altura, a maioria política PSD que governa a Câmara tinha pela frente um Plano de Investimentos em betão e alcatrão, vocacionado para gerir as competências autárquicas numa base mínima nos vários sectores – educação, desporto, cultura, protecção civil, ambiente, etc. – consubstanciado na atribuição de subsídios que originam 6 a 7 Modificações ao Orçamento e às GOP por ano. -----

----- Pelos números expressos nos vários documentos não nos enganámos, foram 6 o número de Modificações introduzidas. -----

----- Pela análise atenta do relatório de gestão deparamo-nos com uma apreciação auto-elogiosa do desempenho dos vários Pelouros da Câmara Municipal. Tal não nos surpreende. No entanto, não podemos ignorar os erros e falhas cometidos em alguns domínios de intervenção:----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- - No “Ambiente”, com sucessivas situações de esgotos a correr a céu aberto, falta de água em quantidade e qualidade e a resolução tardia e sob pressão pública destes casos. Os casos de Ervedal da Beira e Pedras Ruivas são exemplos esclarecedores. -----

----- - No “Apoio e Solidariedade Social”, como sejam a falta de respostas atempadas a situações de extrema pobreza e exclusão social, a falta de apoios específicos a deficientes, etc., etc. --- -----

----- - Na “Educação”, com a confusão instalada e o diálogo tardio que reinou na implementação das “Actividades de Enriquecimento Curricular”, ou as sucessivas situações que se viveram na EPTOLIVA com a substituição da sua direcção que colocaram em causa a imagem pública da Escola. -----

----- Temos, também, a consciência que o ano de 2006 foi um ano politicamente conturbado, diríamos, mesmo, conflituoso em termos políticos para a maioria PSD o que, possivelmente, não ajudou ao desempenho da Autarquia. O conflito é sempre contraproducente e cria dificuldades acrescidas. -----

----- Em termos de Orçamento, temos consciência que vivemos um período de acentuada contenção orçamental no contexto nacional, contenção, essa, que se estende também às Autarquias que têm que, solidariamente, colaborar no esforço nacional de correcção do défice das contas públicas, na expectativa de que o país fique mais competitivo e o investimento público seja reforçado, especialmente na perspectiva da correcção das assimetrias regionais. -----

----- Acresce, também, o facto do ambiente económico do país não ser o mais favorável, apesar dos sinais de retoma económica verificáveis nos últimos valores divulgados do crescimento do Produto Interno Bruto que, ainda assim, parecem não ser suficientes para permitir uma expansão das políticas orçamentais. -----

----- Relativamente à performance orçamental do Município, como é hábito, temos a noção que os Orçamentos Anuais e as Grandes Opções do Plano estão empolados sendo, portanto, irrealizáveis como temos vindo a constatar. Mais ainda pelo facto conhecido de que o Quadro Comunitário de Apoio estava no seu final havendo, apenas, verbas residuais. -----

----- Também aqui não haveria surpresas. Hoje, a bem da clareza, o Executivo em permanência reconhece, e finalmente assume, esse facto do empolamento irreal do Orçamento em sede do relatório de gestão. -----

----- Pese embora a conjuntura de restrição orçamental, preocupa-nos que a execução orçamental venha, progressivamente, a decair no quadriénio 2003-2006, particularmente ao nível das receitas as quais, em 2006, revelam o valor mais baixo do quadriénio. Execução orçamental que ficou em 62,3% e 63,9% do previsto em termos de execução da receita e despesa, respectivamente. -----

----- Aproveitamos para referir que tal acontece num quadro de boa saúde financeira da Autarquia, em termos de dívida de médio e longo prazos, o que permite o endividamento do Município para avançar com investimentos, de carácter economicamente reprodutivo – recomendamos, como sejam, a criação de áreas de localização empresarial, a criação de uma incubadora de empresas, a ampliação e infra-estruturação da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, a dinamização do Pólo Industrial da Cordinha etc., etc. -----

----- Mas essa redução da execução orçamental também acontece num contexto onde as receitas correntes crescem de 2005 para 2006 6,1%, a que não será estranho o acréscimo de proveitos com origem em “Impostos e Taxas” os quais, esclareça-se, cresceram 29,1%, no mesmo período, com destaque para o IMI e IMT. Relativamente a estes impostos temos que ter





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

consciência que o Município de Oliveira do Hospital é dos que cobra taxas mais altas na região quando, por exemplo, o Município de Tondela procedeu recentemente a um abaixamento significativo destes impostos como estímulo económico à população e ao tecido produtivo local.

----- No que diz respeito às Grandes Opções do Plano também já era de esperar as sucessivas 6 modificações.-----

----- Relativamente à respectiva taxa de execução segundo o Relatório de Gestão cifrou-se nos 54,22%, ou seja, dos 13.193.500,00 € programados (após 6 modificações) foram realizadas obras no valor de 7.153.185,58 €.-----

----- Estranhamente, e a merecer esclarecimento, os valores inscritos nos quadros finais das GOP – Plano Plurianual de Investimentos, revelam uma taxa de execução de 47,8%.-----

----- Assim, como já não constitui novidade, que o objectivo “*Comunicações e Transportes*”, o qual contempla os investimentos na rede viária municipal, tenha consumido 33% das mesmas GOP. Mais uma vez e, como é habitual, ficou com a parte de leão, 2.368.208,70 €.

----- Seguiu-se o objectivo “*Cultura, Desporto e Tempos Livres*” que absorveu 15,8% dos investimentos realizados, 1.130.046,09 €. Com o terceiro maior peso percentual seguiu-se o objectivo “*Educação e Formação Profissional*” com 10,9% das verbas inscritas nas GOP, ou seja, 781.655,72 €.-----

----- Com valores registados mais baixos temos os objectivos “*Saúde*” o qual absorveu 20.000 € (0,27%) e “*Defesa do Meio Ambiente*” que absorveu 20.737,35 € (0,29%).-----

----- Quanto ao objectivo “*Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público*” que reputamos de estruturante para o concelho, uma vez que contempla domínios determinantes para a qualidade de vida das populações como sejam o abastecimento de “*Água*”, o “*Turismo*” e “*Mercados e Feiras*”, viu apenas aplicados 3,35% dos investimentos das GOP, apesar dos problemas de abastecimento de água que persistem no concelho, de cujo exemplo de abastecimento de água à localidade de Pedras Ruivas é esclarecedor.-----

----- E, refira-se que, nem todas as obras necessárias no concelho serão contempladas no Plano de Investimentos do Sistema Multimunicipal Aguas do Zêzere e Côa.-----

----- O domínio “*Turismo*”, tantas vezes politicamente usado nos discursos como uma oportunidade de desenvolvimento do concelho onde se deve investir, dos 145.000 € programados foram executados 30.028 €, ou seja, 20,36%. Este domínio precisa de atenção redobrada por parte do Município, numa perspectiva de multiplicação dos investimentos que conjuguem parcerias público-privadas. Essa, sim, seria a política municipal de turismo recomendada.-----

----- Usando estes indicadores como exemplo, no essencial, tal como afirmámos no início, não nos revemos nestes números, nem naquilo que eles revelam.-----

----- Reafirmamos que o concelho necessita de outra ordem de prioridades, sob pena de hipotecarmos o nosso futuro colectivo e a capacidade empreendedora e empregadora de Oliveira do Hospital. A tal responsabilidade a Câmara Municipal não se pode furtar.-----

----- Daí que todo o Executivo Camarário tenha que estar atento a duas realidades incontornáveis: quer queiramos quer não, vivemos num período de restrições orçamentais; segundo, actualmente, às Autarquias são lançados novos e mais exigentes desafios.-----

----- Às Câmaras Municipais, mais que gerir numa perspectiva imediatista orçamentos anuais, fazer pequenas intervenções, reparar a rede viária municipal, gerir o parque escolar, distribuir subsídios e realizar diversas actividades de animação do concelho, é-lhes exigido que sejam verdadeiras agências de desenvolvimento dos seus concelhos, activas e engenhosas agências de atracção de investimentos.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- Esta semana dois Municípios vizinhos, Tábua e Arganil, anunciaram a instalação de novos investimentos empresariais nos respectivos concelhos, os quais têm associados a disponibilização de boas condições para o acolhimento de empresários. -----

----- Actualmente, estes são os investimentos estruturantes e economicamente reprodutivos: a criação de Áreas de Localização Empresarial, instalação de Gabinetes Técnicos de Apoio ao Investidor, a criação de Bolsas de Oportunidades de Negócio, bons planos de divulgação destes espaços, a criação de Fundo de Incentivo ao Investimento, dotados simultaneamente de fundos de capital-semente para o arranque de investimentos empresariais e criação do próprio emprego, etc., etc. -----

----- Para ultrapassarmos os riscos de paralisia, há que planear e programar. -----

----- Para além do que está vertido nos Relatórios e nos documentos anexos temos que apontar para o futuro imediato e para o que entendemos que faz falta em termos de políticas municipais. -

----- -Na educação, há que ultimar e discutir participadamente a Carta Educativa e concretizar o re-ordenamento do Parque Escolar. -----

----- Nesse quadro, deve-se ponderar com sentido estratégico a criação de uma nova Escola do Primeiro Ciclo que sirva a cidade de Oliveira do Hospital, tal como já propusemos em face da conhecida sobrelotação das escolas e turmas da cidade. -----

----- Quanto à ESTGOH há que reflectir sobre o seu presente e os desafios que se colocam em relação ao seu futuro. A Escola tem que ser defendida e estimulada por todos os meios, no sentido de garantirmos a capacidade de atrair alunos que a projectem para o futuro. Devem ser feitas todas as diligências junto do Ministério do Ensino Superior, junto do IPC mas, também, na região envolvente da Escola – a Escola tem que ser assumida, e sentida, como um desígnio desta Região. -----

----- Para tal é fundamental o empenhamento total, absoluto e incansável do Município. -----

----- Para tal é determinante que o Município tome posição acerca do conhecido projecto de desenvolvimento de várias valências da Escola nas antigas instalações da ACIBEIRA. -----

----- Qual é o estado processual dessa intenção e que papel terá a Câmara Municipal na sua implementação? -----

----- No que diz respeito à EPTOLIVA tem que ser pensada em termos de capital estratégico: há que reforçar a sua oferta formativa como alternativa credível para a formação técnica e profissional de jovens, em estreita ligação às necessidades de mão-de-obra especializada da região. -----

----- Neste contexto e na perspectiva das prioridades do QREN, a EPTOLIVA vê abrir-se um horizonte de oportunidades que, se soubermos aproveitá-las como se espera, poderá dimensioná-la para uma função estruturante na formação e fixação de muita população jovem e em idade activa, o que se revela como determinante para o futuro concelho e sua importância no contexto da região. -----

----- No Apoio Social tem que ser definida uma nova política de actuação do Município e da Rede Social. -----

----- Para tal há que actualizar o Diagnóstico e o Plano de Desenvolvimento Social, avançar para a implementação de um Plano de Respostas Sociais de Emergência, tal como proposto, para lidar pró-activamente com situações de emergência social, evitando situações semelhantes às conhecidas. Para tal é determinante a presença e a actuação no terreno. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- Em tal processo é fundamental criar Comissões Sociais de Freguesia nas freguesias mais problemáticas e identificadas como prioritárias em termos de combate à pobreza e exclusão social. -----

----- Para apoio aos idosos residentes em habitação própria nas aldeias mais periféricas, a Câmara Municipal tem que estar atenta ao Programa Conforto Habitacional para Idosos, lançado esta semana pelo Governo, o qual, após a fase experimental que decorre durante o ano de 2007, será alargado a todo o país. -----

----- É necessário, em suma, uma nova postura, uma nova actuação. -----

----- No Turismo. Como já foi referido, há que definir um Plano de Investimentos e de Promoção, definir os produtos turísticos em que o concelho deve apostar e estabelecer compromissos entre as entidades públicas, com destaque para o Município e os Operadores Turísticos. -----

----- Para tal é fundamental apostar no potencial e nos produtos turísticos já instalados nos Vales do Alva e do Alvôco ao nível de alojamento, infra-estruturas e equipamentos, preservação da paisagem, etc. -----

----- Mas também, dirigir um novo olhar para a encosta do Mondego, e, importantíssimo, rentabilizar ao máximo, dinamizando os relevantes investimentos realizados na Bobadela, dinamizando todo o conjunto histórico-arqueológico: Fórum, Museu, Centro Interpretativo e Anfiteatro – cuja obra deve ser prioritária. -----

----- Por comparação, veja-se o potencial turístico e económico associado ao Centro Interpretativo da Serra da Estrela, inaugurado há dias no vizinho concelho de Seia. -----

----- No desenvolvimento económico e apoio à actividade empresarial há que, definitivamente, apostar na ampliação da Zona Industrial de Oliveira do Hospital. -----

----- O Pólo Industrial da Cordinha tem que levar um novo impulso da Câmara Municipal: uma nova estratégia de divulgação, custo dos lotes mais apelativos, estímulos a criação de postos de trabalho, etc., etc. -----

----- No domínio do Ambiente, insistimos, temos que ultrapassar acções desgarradas e os problemas que afectam as populações em termos de abastecimento de Água e Tratamento de Esgotos. Temos a justa expectativa que o plano de infra-estruturas previsto na adesão às Águas do Zêzere e Côa finalmente se concretize e que, a breve prazo, seja integrada a rede em “baixa”, proporcionando-se uma solução duradoura e equilibrada nesta sensível matéria para o bem estar da população. -----

----- Num outro âmbito, o Município tem que passar a planear as suas acções em termos de Defesa e Prevenção do Ambiente. Para tal é determinante, de uma vez por todas, avançar-se com o processo de implementação da Agenda 21 Local, tal como preconizado pela Associação Nacional de Municípios. -----

----- No domínio da Juventude e da Inovação, parece-nos fundamental operar a quatro níveis: dinamização do Conselho Municipal de Juventude; definição e implementação de um Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências e Comportamentos de Risco; encetar junto da Secretaria de Estado da Juventude a negociação para a instalação em Oliveira do Hospital de uma “Loja Ponto Já”, enquanto espaço formativo e informativo para a juventude e as suas organizações. -----

----- Sem esquecer que é imperioso continuar a expandir por várias freguesias a criação de espaços públicos de Internet que permitam a igualdade de oportunidades no acesso às TIC aos



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

jovens de todas as áreas do concelho. Com as disponibilidades financeiras no POS\_C é possível, praticamente, criar um espaço Internet em cada freguesia. -----

----- Em momento de balanço, estas são algumas propostas e recomendações que deixamos ao executivo em permanência. -----

----- Em jeito de conclusão referiremos que não pretendemos colocar os números apresentados em causa, no entanto, não podemos concordar com aquilo que estes espelham: uma Autarquia concentrada num modelo gestão corrente, sem ambição, sem arrojo, sem esforço firme de inovação – apesar de existir um Pelouro “da Inovação” – sem capacidade de negociação política visível, que tem remetido um concelho que, historicamente, era o terceiro mais desenvolvido do distrito para uma acelerada perda de competitividade regional ao ponto de, hoje, se ver ultrapassado por outros concelhos que estavam bem atrás de Oliveira do Hospital em termos de indicadores de desenvolvimento. -----

----- Consideradas estas apreciações e preocupados com o futuro do concelho, da sua economia, da sua população e das suas instituições, votamos pela não aprovação das contas de 2006, uma vez que não podemos aprovar um modelo intervenção autárquico ultrapassado em face dos novos desafios que se colocam aos Municípios, particularmente, aos do interior. -----

----- Como já afirmámos aquando da discussão do Orçamento e das GOP, separam-nos, sem sofismas, visões distintas quanto ao papel da Autarquia no desenvolvimento do Concelho, separam-nos a hierarquia de prioridades a dar aos dinheiros municipais. -----

----- *Os Vereadores Eleitos nas Listas do Partido Socialista.*” -----

----- **Deliberado, por maioria, com os votos a favor do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores Paulo Rocha, Maria de Fátima Antunes e Elsa Correia, e com os votos contra dos Srs. Vereadores Maria José Freixinho e José Francisco Rolo, conforme declaração de voto apresentada, aprovar o Inventário de Todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respectiva Avaliação e dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2006.**-----

----- **Foi igualmente deliberado, submeter os referidos documentos à apreciação e votação da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção.** -----

----- **3.8 - APROVAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DO ANO DE 2006**-----

**G.D.E.S./DOC. 7**

----- O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal a aprovação da aplicação do Resultado Líquido do Exercício do ano de 2006, descrita no **ponto - 6 do Relatório de Gestão**, conforme documento em anexo.-----

----- **A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente Proposta e submetê-la à apreciação e votação da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção.** -----

----- **3.9 - OUTROS ASSUNTOS** -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na sua actual redacção, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos: -----

----- **3.9.1 - PROGRAMA DE INTERVENÇÃO FOCALIZADA – PIF – PROJECTO “RUMO SEGURO” – INFORMAÇÃO PARA CONHECIMENTO**-----

**D.A.G.F.**

----- Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente pelo Sr. Presidente informação elaborada pela Técnica de Sociologia, a dar conhecimento de que, o Projecto “Rumo Seguro” apresentado ao PIF no âmbito da prevenção das toxicodependências (e do qual a autarquia era parceira), por parte da Entidade Promotora - Fundação Aurélio Amaro Dinis, foi excluído do processo de selecção. Informa igualmente que de acordo com a documentação remetida pelo Instituto da Droga e da Toxicodependência, o Projecto não reunia as condições necessárias à aprovação, nomeadamente ao nível da concepção do Projecto, sua fundamentação e pertinência, face aos princípios, objectivos e resultados esperados pelo próprio Programa de Intervenção Focalizada. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

----- **3.9.2 - PLANO DE PORMENOR DE SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL – APROVAÇÃO DOS TERMOS DE REFERÊNCIA - REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006**-----

**G.T.L./DOC. 8**

----- Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente pelo Sr. Presidente o ofício nº 701134, Procº PPO-CO.11.00/1-07, de 30 de Março de 2007, remetido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, devidamente instruído com informação elaborada pelo Arquitecto/ Coordenador do GTL – Gabinete Técnico Local. -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, revogar a deliberação camarária de 22 de Dezembro de 2006.-----

----- Foi igualmente deliberado proceder à elaboração do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Oliveira do Hospital e respectivos Termos de Referência, que deverão ser publicitados nos termos da Lei, conforme informação e respectivos documentos anexos elaborados pela equipa técnica do Gabinete Técnico Local, que por ser extensa se dá por inteiramente reproduzida, ficando arquivada em pasta anexa a este livro de actas. -----

----- **3.9.3 – PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL E A FUNDAÇÃO ALBINO MENDES DA SILVA, VISANDO A RECUPERAÇÃO DA PRAIA FLUVIAL DE SÃO GIÃO**-----

**D.A.G.F./DOC. 9**

----- O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal a aprovação do Protocolo a celebrar entre o Município de Oliveira do Hospital e a Fundação Albino Mendes da Silva, visando a recuperação da Praia Fluvial de São Gião, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -- -----





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- Depois de devidamente analisado, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar o presente Protocolo.-----

----- **3.9.4 - PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL E A FUNDAÇÃO AURÉLIO AMARO DINIS, VISANDO A CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO COM AS VALÊNCIAS DE CRECHE, JARDIM-DE-INFÂNCIA E ATL** -----

**D.A.G.F./DOC. 10**

----- O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal a aprovação do Protocolo a celebrar entre o Município de Oliveira do Hospital e a Fundação Aurélio Amarão Dinis, visando a construção de um edifício com as valências de Creche, Jardim-de-infância e ATL, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

----- Depois de devidamente analisado, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar o presente Protocolo.-----

----- **3.9.5 - PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL E A CAULE – ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DA BEIRA SERRA, VISANDO A CEDÊNCIA DO EDIFÍCIO DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DA PONTE DAS TRÊS ENTRADAS**-----

**D.A.G.F./DOC. 11**

----- O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal a aprovação do Protocolo a celebrar entre o Município de Oliveira do Hospital e a CAULE – Associação Florestal da Beira Serra, visando a cedência do edifício da antiga Escola Primária da Ponte das Três Entradas, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

----- Depois de devidamente analisado, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar o presente Protocolo.-----

----- **3.9.6 – ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL EM TRAVANCA DE LAGOS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**-----

**D.A.G.F./DOC. 12**

----- O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a ratificação do seu Despacho de 13 de Abril de 2007 que autorizou, a atribuição de uma habitação social da Autarquia no Bairro Social de Travanca de Lagos à família da D. Cristina Maria Carvalho, no âmbito da CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, em virtude da sua situação de violência doméstica, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

----- **A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente proposta.**-----

----- Foi igualmente deliberado isentar a Sra. D. Cristina Maria Carvalho do pagamento das taxas inerentes à colocação de um contador de água na referida habitação.-----

----- **3.9.7 – INFANTIS DO FCOH VENCEM TORNEIO INTERNACIONAL DE SANTARÉM** -----

**D.A.G.F.**



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente pelo Sr. Presidente um e-mail, remetido no dia 9 de Abril de 2007 pela Secção de Hóquei do FCOH, a dar conhecimento que os Infantis do Futebol Clube de Oliveira do Hospital, secção de hóquei, venceram o Torneio Internacional de Santarém, agradecendo ao Município de Oliveira do Hospital, todo o apoio prestado que lhes permitiu representar o concelho com brilhantismo e galhardia. -----

----- **A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

**----- 3.9.8 – REUNIÃO DE TRABALHO DA AMPIN – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PINHAL INTERIOR NORTE**

**D.A.G.F.**

----- O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença na reunião de Trabalho da AMPIN, que teve lugar no passado dia 11 de Abril de 2007, esclarecendo que, entre outros assuntos, foi discutida a definição da quota mensal a pagar pelos Municípios que integram aquela associação, tendo a mesma sido fixada em 500,00 € (Quinhentos euros). -----

----- **A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

**----- 3.9.9 – CÂMARA MUNICIPAL DE ARGANIL – TRANSPORTES ESCOLARES 2006/2007 – SITUAÇÃO RESPEITANTE ÀS ALUNAS FRANKIE E JAMILA HIRSTENSTEIN RESIDENTES NO CONCELHO DE ARGANIL**

**D.A.G.F.**

----- Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente pelo Sr. Presidente o ofício nº 1935, de 15 de Março de 2007, remetido pela Câmara Municipal de Arganil. -----

----- **Considerando que as alunas Frankie e Jamila Hirstenstein beneficiam de apoio social escolar (Escalão A) e provêm de um agregado familiar com cinco crianças; considerando que embora as mesmas residam numa quinta sita no concelho de Arganil a respectiva habitação encontra-se perto do limite da freguesia de Avô, deste concelho, onde de resto uma outra irmã frequenta o 1º Ciclo do Ensino Básico; considerando assim que a frequência da Escola Básica Integrada do Vale do Alva se revela mais vantajosa, em termos educativos, para as alunas em causa que, em alternativa, teriam de percorrer uma distância maior até á Escola de Coja, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, assumir as despesas com o transporte das mesmas.**-----

**----- 3.9.10 – LOJA DO MERCADO MUNICIPAL Nº 3 – TRANSFERÊNCIA DE OCUPANTE**

**D.A.G.F.**

----- Foi presente pelo Sr. Presidente uma carta, datada de 28 de Março de 2007, remetida pela Sra. D. Maria de Fátima Almeida Simões, ocupante da loja nº 3 – Charcutaria, instalada no Mercado Municipal, a solicitar autorização para transferir a referida loja, do seu nome para o nome de Ana Maria Oliveira Lourenço, interessada em continuar a referida actividade de igual modo, devidamente instruída com informação elaborada pelo Director do Departamento de Administração Geral e Finanças. -----

----- **Analisado o assunto em apreço, a Câmara Municipal deliberou por maioria, com os votos contra do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores Paulo Rocha, Maria de Fátima Antunes, Elsa Correia e Maria José Freixinho e a abstenção do Sr. Vereador José Francisco Rolo, indeferir o pedido, por considerar que a melhor forma de prossecução do interesse público é o preenchimento dos lugares vagos do Mercado mediante concurso**



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

público, uma vez que a situação exposta não se enquadra no disposto no artº 19º do Regulamento do Mercado Municipal o qual determina que “é proibido ao ocupante de um lugar transferi-lo a título gratuito ou oneroso, total ou parcialmente, bem como ceder a sua posição contratual, salvo nos casos previstos nas alíneas a), b) e c) do artº 5º do Decreto-Lei nº 340/82, de 25 de Agosto” (Invalidez do titular, redução a menos de 50% da capacidade física normal do mesmo e outros motivos ponderosos e justificados, verificados caso a caso).

----- Foi igualmente deliberado notificar a interessada para, no prazo de 10 úteis a contar da data da notificação dizer, por escrito, nos termos do artº 101º do Código do Procedimento Administrativo, o que se lhe oferecer sobre o assunto, sob pena de indeferimento definitivo do pedido. -----

----- **3.9.11 – ASSEMBLEIA MUNICIPAL – MARCAÇÃO E ORDEM DO DIA** -----

G.D.E.S.

----- O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que seja solicitada, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a marcação de uma sessão ordinária daquele órgão para o dia 27 de Abril de 2007, pelas 21h00m, bem como a inclusão, na respectiva Ordem do Dia, dos seguintes assuntos:-----

----- I - Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município.-----

----- II - Apreciação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e da respectiva avaliação, bem como apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas do ano 2006.-----

----- III - Apreciação e votação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta de aplicação do Resultado Líquido do ano de 2006.-----

----- **A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente proposta.**-----

----- **APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA** -----

----- De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente acta em minuta.-----

----- **CONCLUSÃO DA ACTA** -----

----- E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas dezasseis horas, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, \_\_\_\_\_, na qualidade de secretário redigi. -----

----- **Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 13 de Abril de 2007**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**Presidente**

---

**Vereadores**

---

---

---

---

---

---



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do  
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**